

---

NOTA TÉCNICA SUPOF/SEFAZ-RJ 09/2011

**DATA:** 18/08/2011

**ASSUNTO:** Metodologias e premissas das Receitas para período 2012-2015

**I. Objetivo:** Evidenciar metodologias e premissas adotadas nas estimativas das receitas da UO 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015.

**II. Referencial legal:** O Decreto nº 42.998, de 02 de junho de 2011, dispõe acerca da elaboração da Proposta Orçamentária para 2012. Em seu Artigo 6º, o documento determinou a realização, por parte da Secretaria de Estado Fazenda, do detalhamento das projeções de receitas de origem tributária, de transferências, de operações de crédito, de participações governamentais de petróleo e gás natural e das demais receitas do Tesouro, no sistema SIGO.

No Artigo 7º, o decreto determina que os órgãos que possuam recursos próprios ou que recebam recursos via operações de crédito diretas e/ou convênios sejam responsáveis pelas respectivas projeções de receita para o referido período.

**III. Metodologia empregada:** Após o recebimento de informações de diversos órgãos, foram consideradas as diferentes idiossincrasias inerentes aos diversos tipos de receita a serem projetados. Estas implicaram distintos graus de detalhamento das memórias de cálculo, em virtude da necessidade de se utilizar diferentes modelos de projeção adequados a cada caso.

De forma geral, duas referências principais foram utilizadas para estimar as diversas rubricas de receita para o período 2012-2015, a saber:

- extrapolação de tendências para valores ajustados serviram como base para aplicação dos indicadores e indexadores econômicos;
- tratamentos diferenciados foram aplicados às peculiaridades de cada receita.

Portanto, as estimativas de item de Receita foram submetidas à aplicação de parâmetros macroeconômicos, como índice de preços e/ou do nível de atividade econômica, e de premissas particulares de cada rubrica.

**Subsecretaria de Política Fiscal**

As taxas adotadas para o crescimento real do PIB, entre 2012 e 2015, foram respectivamente de 4,20%; 4,50%; 4,59% e 4,48%, conforme previsão do Relatório TOP 5 da pesquisa FOCUS do Banco Central de 03 de junho de 2011. Para a projeção das receitas a preços correntes do quadriênio, os índices de variação de preços medidos pelo IPCA foram 5,32%, 5,03%, 5,03% e 5,05%, e os medidos pelo IGP-DI foram estimados em 4,95%, 4,83% e 4,67% e 4,25% de acordo com a mesma fonte.

A seguir, são apresentadas, sucintamente, as memórias de cálculo dos valores de cada uma das categorias econômicas de receita do Tesouro do Estado (UO 9999), consolidado por esta Secretaria de Estado de Fazenda, a partir das informações enviadas pelos diversos órgãos.

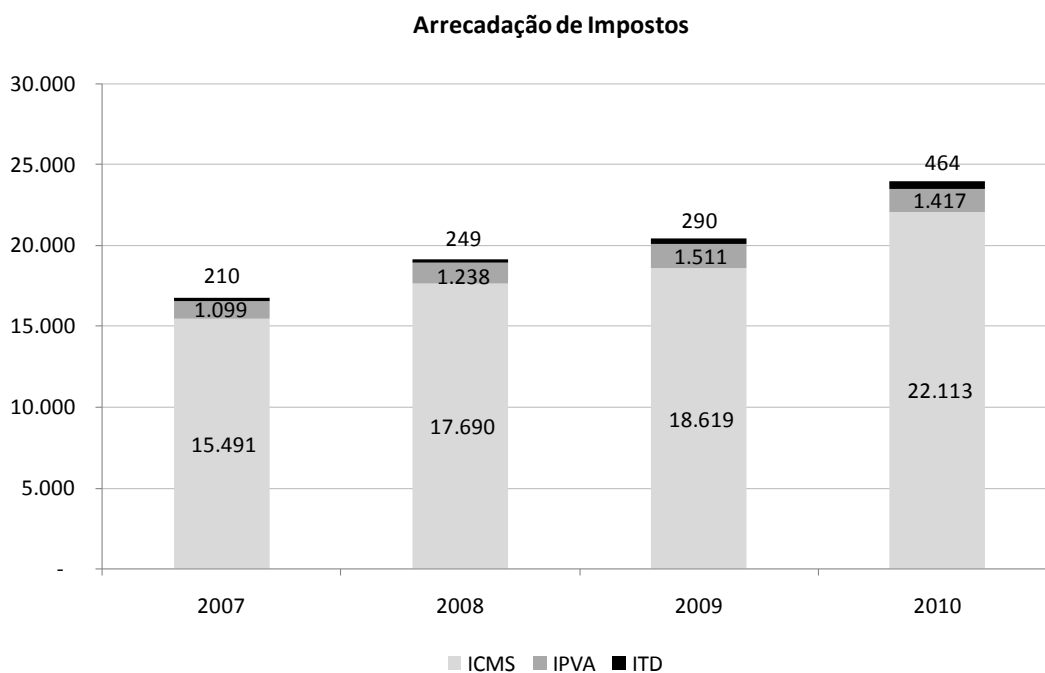
**Receita Tributária 2012, 2013, 2014 e 2015 – R\$ 34,08 bilhões, R\$ 36,43 bilhões, R\$ 38,51 bilhões e R\$ 38,49 bilhões.**

O desempenho positivo da arrecadação tributária do Estado do Rio de Janeiro pode ser considerado significativo no último quadriênio (2007-2010), ainda que tenha sofrido em 2009 impactos da crise financeira internacional, iniciada no último trimestre de 2008. O bom desempenho é fruto de vários fatores, sendo que o mais importante é a conjugação de esforços empreendidos pelo governo do Estado, dentro dos quais se destacam as novas ações de combate a sonegação e também, o fortalecimento de fiscalização. Para tal foram realizados concursos públicos para Auditor Fiscal da Receita Estadual e Oficial de Fazenda. Dentre as principais ações adotadas para reduzir a sonegação estão: o controle das informações fornecidas pelas administradoras de cartões de crédito/débito, ao amparo da Lei 5.075/2007; a implementação do Emissor de Cupom Fiscal (ECF); o CUPOM MANIA; o Refis Estadual (Lei 5.647/10), a realização de diversas operações fiscais em alguns setores da economia e a intensificação das barreiras fiscais.

Apesar dos sinais de arrefecimento da atividade econômica do país nos primeiros meses de 2011, as receitas do Estado avançaram positivamente até junho. A elevação da arrecadação ICMS foi 14,60%; para o IPVA houve crescimento de 12% e, por fim, o ITD teve incremento de 12% (caso seja expurgado o efeito de regularização de débitos com o Governo).

**Subsecretaria de Política Fiscal**

A título de ilustração, o gráfico abaixo mostra a evolução da arrecadação de impostos do Estado, mostrando o incremento observado graças aos esforços da atual administração.



Fonte: SEFAZ-RJ

Vale ressaltar que o desempenho industrial total da economia fluminense registrou, em 2010, crescimento de 8,4%, maior avanço dos últimos oito anos. Esse bom desempenho da atividade fabril no Rio de Janeiro contrasta com o resultado do ano anterior, quando nove dos doze segmentos da Indústria de Transformação investigados recuaram – para efeitos de comparação, em 2010, apenas um desses setores sofreu queda na produção. Apenas o setor de alimentos apresentou ligeira queda (- 0,16%).

Ressalte-se que, no primeiro semestre de 2011, a arrecadação apresentou incremento de 14,6% em relação ao mesmo período de 2010. Os ganhos foram gradualmente mais elevados em cada bimestre (ver Boletins de Transparência Fiscal nº 19, 20 e 21, todos de 2011) e estão relacionados ao aprimoramento da fiscalização estadual, à retomada do crescimento econômico e ao aumento das importações principalmente em função do câmbio favorável e do aquecimento da indústria petrolífera e naval. No entanto, as expectativas de mercado e da União apontam para uma desaceleração da economia, alta de inflação e da taxa de juros, o que deve impactar negativamente a arrecadação deste imposto.



### Subsecretaria de Política Fiscal

Para 2012 o boletim focus do Banco Central projeta ligeira recuperação da atividade econômica: PIB Nacional de 4,32%; inflação estabilizada de 5,32% (IPCA); e gradual queda nas taxas de juros em função de melhora da inflação. Por conta disso, as projeções foram realizadas considerando esse cenário.

Nesse contexto, a SEFAZ-RJ projeta que a receita tributária, composta por impostos e taxas, representará entre os anos de 2012 e 2015, respectivamente, 78,40%, 80,90%, 80,70% e 81,23% do total das Receitas Correntes.

A principal fonte de arrecadação, o ICMS, deverá contribuir com R\$ 27,61, R\$ 29,54, R\$ R\$31,61, e R\$33,82 bilhões, segundo as projeções, as quais tomam por base a receita projetada para 2011, a partir de série histórica da arrecadação dessazonalizada juntamente com estimativas de crescimento da atividade econômica.

A metodologia teve como base a Lei Complementar n° 139/2010, que prorrogou o tempo de vigência do Fundo de Combate a Pobreza – FECF até 31/12/2014 e alterou a alíquota do **adicional ao ICMS** para os próximos anos. Em 2012 a alíquota dos setores de Telecomunicações e Energia Elétrica passará de 5 para 4 pontos percentuais, mantida em 2013 e reduzida para 3 pontos percentuais em 2014.

Para o **IRRF**, com valores estimados foram, respectivamente, de R\$ 1,68, R\$ 1,75, R\$ 1,83 e R\$ 1,91 bilhão. O critério de projeção adotado foi o de proporcionalidade em relação à folha de pessoal prevista para 2012, 2013, 2014 e 2015, além da média do ajuste salarial dos servidores de diversas categorias nos últimos anos, especialmente aqueles aprovados pela Assembléia Legislativa em 2010, com impacto ainda em 2012.

Os valores estimados do **IPVA**, de R\$ 1,77; R\$ 1,89; R\$ 2,03; e R\$2,17 bilhões para quadriênio 2012-2015, justificam-se pelas expectativas de alta inflação, da continuidade da alta na taxa de juro SELIC (que afeta sobremaneira o custo do crédito) e do crescimento do PIB. Para 2012, as projeções levaram em conta duas tendências: aumento continuado do crescimento da frota (DETRAN-RJ) e melhoria da eficiência da fiscalização, o que tem levado a índices de inadimplência cada vez mais baixos.

Para o **ITD**, foram projetados R\$ 445, R\$ 477, R\$ 510 e R\$ 546 milhões para 2012, 2013, 2014 e 2015 respectivamente. Utilizou-se o método de extrapolação de tendências dos valores das séries históricas, com maior peso nos anos mais recentes. A base de

**Subsecretaria de Política Fiscal**

cálculo de 2012 é a estimativa de arrecadação para 2011, considerando ainda parcelamentos provenientes REFIS e do cruzamento de dados entre as receitas estadual e federal, que permite identificar doações realizadas a partir da declaração de IR. Desta forma, projetou-se que a receita de 2012 será 7,0% acima de 2011.

**Receita Patrimonial projetada para 2012, 2013, 2014 e 2015 – R\$ 6,18, R\$ 5,17, R\$ 5,55 e R\$ 4,98 bilhões.**

Destaca-se o valor projetado para 2012 de R\$ 5,95 bilhões referente aos *Royalties* do Petróleo e Participações Especiais a serem arrecadados pelo Estado do Rio de Janeiro. Esta previsão elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda teve como base dados de previsão produção fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), autarquia federal responsável por promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo além de projeções dos preços do barril de petróleo da Energy Information Administration – EIA, órgão oficial do Governo dos Estados Unidos da América para a produção de informações e estatísticas para a área de energia. Para o parâmetro câmbio, utilizou-se projeção do Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS BACEN, de 15/07/2011).

Deve-se ressaltar que as projeções de produção das concessionárias obtidas pela ANP para 2012 (Convênio 01-9/ANP/014.165), apontam para leve aumento na produção de campos do ERJ. Apesar da expectativa de elevação na taxa de câmbio (Relatório FOCUS BACEN, de 15/07/2011), tal conjuntura, diferentemente da previsão para 2011, não será compensada pelo preço do barril de óleo pois foi utilizada a média dos anos de 2007, 2009 e 2010. Deve-se destacar, que a série histórica aponta normalmente para queda dos preços do barril de óleo após significativa elevação em ano imediatamente anterior.

Cabe ressaltar que, de acordo com os dados colhidos junto à ANP, alguns dos grandes campos pagadores de Participações Especiais (PE) permanecem com tendência de redução nas suas produções. Desta forma, projetou-se conseqüente arrefecimento no recolhimento de participações governamentais.

É preciso ressaltar a existência de certo grau de incerteza na estimativa de arrecadação de *Royalties* e Participações Especiais associado ao comportamento das variáveis assumidas. No caso destas últimas, o risco é ainda maior decorrente da própria base de

**Subsecretaria de Política Fiscal**

---

cálculo, que consiste no resultado líquido (receita menos despesas e custos) trimestral dos campos considerados.

**Transferências Correntes – R\$ 2,54, R\$ 2,71, R\$ 2,89 e R\$ 3,08 bilhões**

Estes valores são compostos da seguinte maneira:

**FPE e IPI-EXP.:** seguem as projeções de crescimento das receitas da União que compõem este fundo, baseado em projeções da Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (COTEPE). A comissão está vinculada à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que leva em conta os respectivos coeficientes de participação de cada unidade da Federação. A previsão é baseada nos valores previstos versus executados de 2011 do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (do Congresso). Considera taxas de crescimento nominais para IR e IPI de 9,73% para 2012, 10,25% para 2013, 2014 e 2015. Para 2012 foi utilizado o coeficiente do IPI divulgado pela União para o RJ e aplicado um fator de redução de 2% para os anos seguintes. Para o FPE o coeficiente vigente atualmente foi aplicado até 2015, uma vez que ainda não se tem em vigor legislação em vigor definindo novas regras de distribuição do FPE.

**CIDE:** segue as projeções de crescimento das receitas da União, baseado em projeções da COTEPE, conforme dados de consumo de gasolina e diesel da ANP. A previsão do consumo do primeiro considerou a variação anual prevista para o PIB nacional acrescida de 15% em 2012 e 10% em 2013 a 2015. Para 2012, considerou as alíquotas fixas tanto de diesel quanto de gasolina, levando em conta também o aumento esperado na variação anual do consumo destes dois combustíveis. Foi adotado o pressuposto de que não haverá aumento no valor na alíquota específica da CIDE até 2015.

**Lei Kandir:** utilizou-se como base a Lei 12.385, de 03/03/2011, que destinou o mesmo montante de R\$1,95 bilhões para a rubrica das transferências da LC 87/96. Em razão do coeficiente de participação do Estado do Rio de Janeiro (segundo a LC 87/96) ser fixo, a série histórica é estática desde 2006, de forma que os valores projetados são invariáveis.



**Subsecretaria de Política Fiscal**

---

**Multas e Juros e Dívida Ativa:** os valores para 2012 foram baseados na arrecadação de 2011. A projeção leva em conta também o comportamento histórico frente aos respectivos impostos (Adicional ao ICMS, ITD, IPVA), além de incorporarem a expectativa de recebimento dos parcelamentos decorrentes do REFIS.

**Demais receitas:** as projeções das demais receitas tomaram por base a última projeção para o ano de 2011.

**Renata Gomes Rimes de Almeida**  
Coordenadora da Superintendência de Relações Federativas e Transparência Fiscal

**Marco Aurélio Alves de Mendonça**  
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal

de acordo

**George André Palermo Santoro**  
Subsecretário de Política Fiscal